



CÂMARA MUNICIPAL DE
IBIRÁÇU
PODER LEGISLATIVO

Ibiráçu, 15 de junho de 2020.

DE: Presidência
PARA: Plenário

Referência:

Processo nº 153/2020

Proposição: Indicação nº 113/2020

Autoria:

ALOIR PIOL

Co-Autor(es):

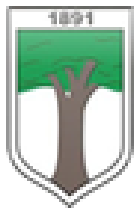
PAULO RODRIGUES QUARESMA, CLEBER RODRIGUES, JOSÉ GERALDO ROSSI, JOSÉ HERVAN PIGNATON, OTÁVIO LUIZ GUSSO MAIOLI, VANDERLEI ALVES DA SILVA, MAXSUEL DE OLIVEIRA SENA, WEVERTON FERREIRA TONON,

Ementa: Que seja providenciado o encaminhamento à Câmara Municipal de Projeto de Lei (alteração da lei de parcelamento do solo urbano) para fixar/definir o comprimento da faixa não edificável ao longo da faixa de domínio da Rod. BR-101 e dentro do perímetro urbano do Município, observando-se o limite mínimo de 05 (cinco) metros de cada lado, nos termos do quanto estabelecido e permitido pela Lei Federal n.º 13.913, de 25 de novembro de 2019. JUSTIFICATIVA: O objetivo da presente indicação é que o Executivo Municipal possa, dada a sua iniciativa privativa para deflagrar o processo legislativo em tal matéria, encaminhar Projeto de Lei à Câmara Municipal definindo a largura da faixa non aedificandi no perímetro urbano do Município de Ibiráçu. Até a publicação da Lei Federal n.º 13.913/19, referida faixa tinha largura definida somente pela União, como sendo de 15m (quinze metros), faltando ao Município competência legislativa para alterar referida metragem. Todavia, o atual ordenamento jurídico autoriza que cada município defina a largura da faixa non aedificandi em seu perímetro urbano. Importa ressaltar que recentemente, com as obras da ECO 101 na Rodovia BR 101, diversos moradores e empresários locais viveram período de muita insegurança e medo, de terem seus respectivos imóveis demolidos, quando já edificados, ou impedidos de construir até o limite de 15m a partir da faixa de domínio, em razão do tamanho da faixa non aedificandi. A redução de 15 m para 5 m é a que se pretende seja estabelecida e que, inclusive, é a adequada à realidade local, sendo certo que não prejudicará as obras da BR 101 e garantirá o direito de habitação e a exploração de atividade comercial/empresarial, sem que seja inviabilizada a segurança no trânsito.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaraibiracu.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 310030003900300036003A005400



Fase Atual: Incluir Proposição no Expediente

Ação realizada: Proposição Incluída

Descrição: Inclua-se a presente proposição na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 16/06/2020, para apreciação e votação.

Próxima Fase: Para Votação

José Hervan Pignaton
Presidente

